Está mais fácil andar pela cidade

ADILSON FONSÊCA
REPORTER

De Cajazeiras e Águas Claras à orla, passando por Piatã e Patamares, a fluidez do trânsito melhorou nos últimos anos e está mais fácil se locomover por Salvador. Novas avenidas e intervenções pontuais facilitaram o acesso a diversos bairros e proporcionou ligações importantes de uma região a outra da cidade.

Em julho de 2016 a primeira grande intervenção viária se deu entre os bairros de Águas Claras e Valéria, ligando esse extremo da cidade á BR-324, através da Avenida Dois de Julho. Além de possibilitar uma saída para o trânsito em Cajazeiras, a nova avenida trouxe novos processos de urbanização para uma região da cidade praticamente esquecida.

A avenida, com 7,2 quilômetros de extensão, custou R$ 60 milhões aos cofres municipais, e hoje tem um movimento diário de quatro mil veículos, segundo estimativas da própria Prefeitura. Além de desafogar o trânsito na região de Cajazeiras, a nova ligação reduziu o tempo de viagem em quase uma hora, para quem se deslocava de Cajazeiras e Águas Claras para o centro da cidade.

Dois anos depois, uma nova avenida, a Mário Sérgio, ligando a Avenida Paralela à Via regional, em Cajazeiras, permitiu maior rapidez no trânsito para quem se deslocava em direção à BR-324, Castelo branco, São Marcos e Estrada velha do Aeroporto. A nova via também facilita a ligação com o sistema do metrô, pois está situada a 300 metros da estação Flamboyant da Llinha 2 do metrô. O investimento foi de R$ 40 milhões, incluindo obras no entorno dos bairros por onde ela passa.

Na ligação entre a orla e a BR-324, a partir da avenida Pinto de Aguiar com a Avenida Gal Costa, um novo eixo viário se formou na cidade, atravessando toda a região do chamado "!miolo", formado pelos bairros de São Marcos e Sussuarana, para atingir a princo0çlpa via de entrada e saída da cidade, a BRE-324. Essa avenida será completada . numa segunda fase já em obras,com a ligação da BR-324 com o Subúrbio Ferroviário.

INTERVENÇÕES

Depois da nova Avenida ACM, que também recebeu uma grande ação de melhoria na infraestrutura concluída no ano passado, a Prefeitura entregou mais uma importante ação de intervenção viária em Salvador. A beneficiada da vez foi a região do Jardim dos Namorados, na orla, considerada um dos principais pontos críticos de tráfego na cidade. Of investimento foi da ordem de R$ 2 milhões. e melhorou a mobilidade urbana naquela região da orla, entre as avenidas Octávio Mangabeira e Magalhães Neto em direção à Avenida Manoel Dias.

MOBILIDADE URBANA
Avenidas deram mais fluidez ao trânsito da cidade e estabeleceram novas ligações

Para resolver o problema, a solução encontrada foi implantar quatro novas faixas de tráfego na Avenida Octávio Mangabeira, no trecho entre o Caranguejo de Sergipe e a entrada da Avenida Manoel Dias da Silva.Com isso, os motoristas que trafegam pela Octávio Mangabeira poderão seguir direto para a Manoel Dias, sem precisar passar pela Fernando de Menezes Góes.

O acesso para a Magalhães Neto será mantido. As mudanças também envolveram a implantação de novos semáforos, sinalização, iluminação e pavimentação.

Foram, realizadas ainda intervenções viárias em outros pontos da cidade, no intuito de minimizar os congestionamentos e melhorar a mobilidade da população. Uma das obras – já concluída – está localizada no Stiep e tem facilitado o acesso de motoristas com destino à orla via Centro de Convenções. A medida foi tomada devido ao aumento do fluxo com a implantação da Estrada do Curralinho, que liga a Avenida Paralela à região do Stiep.

LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ 00.389.481/0001-79
NIRE 293.000.350-41

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BREVE HISTÓRICO - A LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), com sede em Salvador, estado da Bahia, é uma Companhia anônima de capital fechado que tem por objeto social principal a locação de automóveis, atuando no segmento de terceirização de frotas de veículos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com lucro líquido de R$ 5.699 mil e patrimônio líquido de R$ 94.194 mil. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados. Salvador, 26 de março de 2018. A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A**. - Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Definição das taxas de depreciação dos veículos

Conforme divulgado na nota explicativa n° 10 às demonstrações financeiras, a Companhia utiliza para definição da vida útil dos veículos, o valor residual esperado na data da venda prevista destes veículos. Essa estimativa considera o valor futuro de venda ao final da vida útil, deduzido dos descontos comerciais e das despesas com vendas estimados com base no histórico de transações similares e em projeções de mercado.

Devido ao fato da determinação da vida útil dos veículos ser uma estimativa contábil que exige julgamento e avaliação por parte da Administração, consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do valor residual podem resultar em diferentes taxas de depreciação utilizadas em cada período, e consequentemente gerar ajustes para esses ativos, assim como para a depreciação registrada no exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relevantes implementados pela Administração referentes à determinação das premissas que envolvem o cálculo da depreciação dos veículos; (ii) entendimento junto a Administração das principais premissas utilizadas na determinação do valor residual do ativo imobilizado, tais como idade média das atividades de locação de cada classe de veículos, determinação do valor recuperável esperado na data de venda prevista, descontos, comissões e despesas com vendas; (iii) recálculo por veículo da depreciação reconhecida durante o exercício; (iv) seleção de amostra para comparação dos valores residuais líquidos esperados com os preços praticados no mercado para veículos similares; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição das taxas de depreciação dos veículos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação das vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Conforme divulgado na nota explicativa n° 15, a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela Administração, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente de litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Uma vez que as provisões para contingências envolvem significativo julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração e seus assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) realização de reuniões periódicas com à Administração referentes às discussões decorrentes de processos judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia por meio de envio de carta de confirmação, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da Administração, os quais foram identificados necessidade de complemento de provisão, no entanto, o mesmo não foi realizado devido a imaterialidade dos saldos sobre as demonstrações financeiras; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável; e (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para passivos contingentes – tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2018.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6
Shirley Nara S. Silva - Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**142.660**	91.188	30.003
Contas a receber de clientes	**64.324**	58.072	67.732
Instrumentos financeiros derivativos	**150**	-	6.382
Tributos a recuperar	**2.678**	321	1.900
Valores a receber de partes relacionadas	**5.954**	14.357	12.176
Carros em desativação para renovação da frota	**3.471**	18.935	11.555
Outros ativos circulantes	**1.036**	598	444
Total do ativo circulante	**220.273**	183.471	130.192
Não circulante			
Aplicações financeiras	**5.536**	5.049	-
Depósitos judiciais	**186**	177	272
Valores a receber de partes relacionadas	**1.870**	1.870	1.870
Instrumentos financeiros derivativos	**910**	-	4.026
Outros ativos não circulantes	**1.129**	1.031	1.031
Imobilizado	**512.512**	390.991	490.342
Intangível	**1.762**	882	522
Total do ativo não circulante	**523.905**	400.000	498.063
Total do ativo	**744.178**	583.471	628.255
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	**63.934**	4.923	30.373
Empréstimos e financiamentos	**127.711**	125.310	186.141
Debêntures	**33.862**	3.459	-
Obrigações sociais e trabalhistas	**2.536**	2.672	3.453
Obrigações tributárias	**631**	1.367	1.716
Instrumentos financeiros derivativos	**84**	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	**2.178**	9.678	3.901
Outros passivos circulantes	**2.854**	4.510	589
Total do passivo circulante	**233.790**	151.919	226.173
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**259.347**	143.497	240.152
Debêntures	**96.674**	129.818	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	**24.394**	20.744	18.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**30.692**	30.998	42.354
Outros passivos não circulantes	**5.087**	7.310	-
Total do passivo não circulante	**416.194**	332.367	300.509
Patrimônio líquido			
Capital social	**95.496**	95.496	95.496
Reservas de lucros	**1.227**	3.689	6.077
Prejuízos acumulados	**(2.529)**	-	-
Total do patrimônio líquido	**94.194**	99.185	101.573
Total do passivo e patrimônio líquido	**744.178**	583.471	628.255

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação apresentado em reais)

	2017	2016 (reapresentado)
Receita operacional líquida	**205.705**	224.911
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(116.133)**	(127.110)
Lucro bruto	**89.572**	97.801
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	**(24.905)**	(22.444)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	**642**	3.764
Outras despesas operacionais, líquidas	**(6.705)**	(426)
Lucro antes do resultado financeiro	**58.604**	78.695

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação apresentado em reais)

	2017	2016
(continuação)		
Receitas financeiras	**9.211**	4.464
Despesas financeiras	**(55.860)**	(69.152)
Variações cambiais, líquidas	**(1.052)**	2.393
Lucro antes da tributação	**10.903**	16.400
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	**(5.510)**	(8.923)
Diferido	**306**	11.357
Lucro líquido do exercício	**5.699**	18.834
Quantidade de ações ao final do exercício	**95.496**	95.496
Lucro básico e diluído por ação – R$	**59,67**	197,22

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**5.699**	18.834
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**5.699**	18.834

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (reapresentado)	95.496	-	6.077	-	101.573
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.834	18.834
Destinação proposta:					
Constituição de reserva legal	-	942	-	(942)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.473)	(4.473)
Constituição de reserva	-	-	2.747	(2.747)	-
Distribuição de reservas de lucros e dividendos antecipados aos acionistas	-	-	(6.077)	(10.672)	(16.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	95.496	942	2.747	-	99.185
Lucro líquido do exercício	-	-	-	**5.699**	**5.699**
Destinação proposta:					
Constituição de reserva legal	-	**285**	-	**(285)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	**(1.354)**	**(1.354)**
Distribuição de reservas de lucros e dividendos antecipados aos acionistas	-	-	**(2.747)**	**(6.589)**	**(9.336)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**95.496**	**1.227**	-	**(2.529)**	**94.194**

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016 (reapresentado)
Lucro antes da tributação	**10.903**	16.400
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**52.343**	57.052
Ganho (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, líquido	**(542)**	3.614
Depreciação e amortização	**59.681**	67.141
Valor residual do ativo imobilizado alienado	**51.775**	93.546
Valor residual de carros em desativação alienados	**18.935**	11.555
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	**3.650**	2.857
Provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação	**114**	733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(3.095)**	2.149
Outros	**1.336**	244
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	**(3.156)**	7.510
Tributos a recuperar	**(2.357)**	1.580
Aplicações financeiras	**(487)**	(5.049)
Depósitos judiciais	**(9)**	95
Outros ativos	**(536)**	(152)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**59.011**	(25.449)
Obrigações sociais e trabalhistas	**(136)**	(781)
Obrigações tributárias	**(6.247)**	(9.272)
Outros passivos	**(3.881)**	11.113
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**237.302**	234.886
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de imobilizado	**(236.141)**	(80.782)
Aquisições de intangível	**(1.301)**	(582)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(237.442)**	(81.364)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas - credor	**8.403**	(2.181)
Partes relacionadas - devedor	**(7.500)**	5.777
Distribuição de lucros	**(10.690)**	(21.222)
Captação de empréstimos e financiamentos	**270.863**	90.641
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(180.955)**	(303.032)
Captação de debêntures	**-**	135.000
Pagamento de debêntures	**(21.347)**	(89)
Liquidação de operação de SWAP	**(434)**	6.794
Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(6.728)**	(4.025)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	**51.612**	(92.337)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**51.472**	61.185
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**91.188**	30.003
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**142.660**	91.188
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**51.472**	61.185

Nívea Improta - Contadora - CRC 033901 / O - 0